



Rejane Pivetta de Oliveira
Paulo C. Thomaz
(organizadores)

LITERATURA E DITADURA

Porto Alegre

1ª edição

2020

editora
ZO
UK





copyright © 2020 editora zouk

Projeto gráfico e edição: Editora Zouk
Revisão: Maria Isabel da Silva
Foto da capa: Tuane Fernandes, Brasília, 2017

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Elaborado por Vagner Rodolfo da Silva - CRB-8/9410**

L776 Literatura e Ditadura / organizado por Rejane Pivetta de Oliveira, Paulo C. Thomaz. - Porto Alegre, RS : Zouk, 2020.
232 p. ; 16cm x 23cm.

Inclui bibliografia.
ISBN: 978-65-5778-002-2

1. Crítica Literária. I. Oliveira, Rejane Pivetta de. II. Thomaz, Paulo C..
III. Título.

2020-1290

CDD 801.95
CDU 82-09

Índice para catálogo sistemático:

1. Crítica literária 801.95
2. Crítica literária 82-09

Este livro, produzido no âmbito do Grupo de Estudos em Literatura Brasileira Contemporânea, contou com o apoio financeiro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq

direitos reservados à
Editora Zouk
r. Cristóvão Colombo, 1343 sl. 203
90560-004 – Floresta – Porto Alegre – RS – Brasil
f. 51. 3024.7554



www.editorazouk.com.br





Sumário

Apresentação

Ditadura: um passado para se fazer narrar no presente

Rejane Pivetta de Oliveira e Paulo C. Thomaz

11

ESTUDOS CRÍTICOS

Literatura e resistência no Brasil hoje

Regina Dalcastagnè

17

Patricio Pron e Julián Fuks: narrativas de filiação sobre as heranças traumáticas das ditaduras

Eurídice Figueiredo

31

A impossível memória de Araguaia: um patrimônio sem memorial?

Roberto Vecchi

45

Memória e resistência: figurações da ditadura na literatura brasileira contemporânea

Maria Zilda Ferreira Cury

59

Quando todas as vidas importam, mas só os corpos negros são tombados: notas sobre a literatura negra em contexto de exceção

Lívia Natália

73





**Literatura e agonismo: contestação textual e visual
em *Notas de um tempo silenciado***

Leila Lehnen

93

Memória e ritual em “O Velório”, de Bernardo Kucinski

Jaime Ginzburg

115

**Literatura e ditadura no Chile: anotações sobre *A morte e a donzela*,
de Ariel Dorfman, e *Jamais o fogo nunca*, de Diamela Eltit**

Karina de Castilhos Lucena

129

**Experiência ditatorial e ficção democrática em
Volto semana que vem, de Maria Pilla**

Rejane Pivetta de Oliveira

143

Estado pós-democrático e literatura

Paulo C. Thomaz

157

ESCRITOS SOBRE EXPERIÊNCIA E FICÇÃO

A poesia é o escândalo da palavra

Pedro Tierra

167

***Rio-Paris-Rio* e o autoritarismo nos corpos, nos afetos, na genealogia:
o que uma ficção sobre o golpe de 1964 tem a dizer sobre o golpe de 2016**

Luciana Hidalgo

177





**Sobreviventes silenciosos do golpe de 1964:
desvios nas trajetórias pessoais, cortes e perdas**

Rosângela Vieira Rocha

185

**Recriando a militância contra a ditadura em três livros: *Felizes Poucos,*
O Fantasma de Luís Buñuel e *A mãe da mãe de sua mãe e suas filhas***

Maria José Silveira

197

**Antes do Passado:
entre o antes e o depois**

Liniane Haag Brum

203

A periferia vista pelas margens: vozes da periferia e a ditadura

Sonia Regina Bischain

217

Nos campos infinitos do pampa

Maria Regina Pilla

225

Sobre as autoras e os autores

229





A impossível memória de Araguaia: um patrimônio sem memorial?¹

Roberto Vecchi

Na mata eu serei a árvore, serei as folhas, serei o silêncio.
Adriana Lisboa, *Azul corvo*, 2014

1.

A rubricação jurídica da sentença da Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), na sua essencial concisão, impressiona só em si: “Caso Gomes Lund e outros (“Guerrilha do Araguaia”) vs. Brasil”.² Guerrilha de Araguaia *versus* Brasil: como definição ainda expondo um desencontro, um conflito entre uma memória ainda não constituída e desconfortável sobre o que efetivamente aconteceu na Amazônia quatro décadas atrás e uma contratualização viável do passado. Os fantasmas daquele tempo como um resto ainda opaco e pouco trabalhado, reemergem toda vez que os nós ainda irresolvidos da história do Brasil contemporâneo voltam à tona e recolocam o passado em jogo. Como esta acontecendo, com uma evidência solar, nestes dias.

Além das considerações formuláveis sobre o desaparecimento forçado e o trabalho impossível do luto que determina, aqui estamos perante uma outra evidência: o que é subtraído no caso de Araguaia não são só os corpos das vítimas da violência do Estado autoritário que se justifica pelo álibi da guerra. Mas é mesmo uma página da história do Brasil sujeitada à eliminação e ao recalçamento induzidos.

Há uma conexão profunda aliás bastante visível entre Araguaia e Canudos que não escapou aos críticos. O llocalizável de Araguaia é o elo de conjugação entre os dois topônimos – tão carregados enquanto significantes políticos – que marcam uma trajetória da modernidade autoritária no Brasil em fases distintas: auroral, a primeira, e tardia, a segunda, mas conectadas pelo elo comum de uma

1 Este artigo foi elaborado no âmbito do projeto *Memoirs: Children of Empires and European Postmemories* (ERC Consolidator Grant No. 648624), coordenado pela investigadora principal Margarida Calafate Ribeiro.

2 CORTE IDH. Caso Gomes Lund e outros (“Guerrilha do Araguaia”) vs. Brasil. Sentença de 24 nov. 2010. Série C n. 219.





barbárie de Estado antes lucidamente planejada e depois praticada. Foi uma outra Canudos *versus* Brasil.

É sempre oportuno voltar a *Os Sertões* de Euclides da Cunha que, além do imenso valor histórico e literário, flagra aspetos profundos da história do Brasil, sobretudo em matéria de massacres impunes que não se fixam em nenhuma página de história. A impossibilidade de localizar Canudos – o que mostra o caráter transitivo da história que o produziu, isto é, sua reprodutibilidade em outros lugares do Brasil e das modernidades periféricas – caracteriza a profundidade de leitura do dispositivo que o originou, transponível e à disposição de outras dominações da história, o que deixa emergir elos subterrâneos permeando autoritarismos republicanos de diferentes épocas. Ou, como se observou em outro lugar, a percepção de uma “metafísica do deserto” onde o sertão se constrói como um vácuo, que pode ser universalizado e transcrito noutros lugares (VECCHI, 2012, p. 246). O trecho de *Os Sertões* que fixa esse marco íntimo do poder é dos trechos mais glosados: “Canudos tinha muito apropriadamente, em roda, uma cercadura de montanhas. Era um parêntesis; era um hiato. Era um vácuo. Não existia. Transposto aquele cordão de serras, ninguém mais pecava” (CUNHA, 1998, p. 464).

O que funda a impossibilidade de Araguaia, hoje, é um vácuo análogo ao flagrado por Euclides no Brasil ignoto, que o tempo parece não conseguir preencher, a base da sua ilocalizabilidade ainda atual. O hiato de Araguaia, cuja série de “exceções” em relação a uma reivindicada “norma” opressiva da ditadura brasileira de vez em quando, nas arrumações históricas de parte, vem à tona, condiciona todas as narrativas das repressões executadas pelo regime militar. Pelo seu valor implicitamente exemplar, chama a atenção a organização do volume *Direito à memória e à verdade*, da Comissão Especial sobre os Mortos e Desaparecidos Políticos publicada pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, em que Araguaia é introduzida como uma “suspensão” da sequência cronológica que pauta o volume (BRASIL, 2007, p. 195). Como se Araguaia não se encaixasse, pela sua remota – não só espacialmente – colocação numa periodização ou cronologia.

Há uma importante tese defendida em 2013 sobre Araguaia, *Em algum lugar das selvas amazônicas: as memórias dos guerrilheiros do Araguaia*, na perspectiva da história cultural com o intuito de reconstruir, numa exegese de rastros, as memórias dos guerrilheiros do Araguaia; o autor, Carlos Hugo Studart Corrêa, é também autor do volume de certo modo complementar, *A lei da selva: estratégias, imaginário e discurso dos militares sobre a Guerrilha do Araguaia* (2006). Entre os muitos méritos desse trabalho seminal, também a indeterminação do título, “em



algum lugar”, que inscreve Araguaia no repertório das páginas ainda disputadas da história recente. Um motivo que repercute por todo o trabalho e que lhe proporciona uma espécie de coluna vertebral. Trata-se, na verdade, de uma citação do primeiro manifesto da guerrilha de 1972, localizado justamente “em algum lugar da Amazônia, 25 de maio de 1972”.³

Os trabalhos da Comissão Nacional de Verdade (CNV) dedicaram, no tomo II do volume I do Relatório final, um denso capítulo (Capítulo 14) ao caso de Araguaia. Trata-se de um texto que coaduna todas as informações disponíveis, com um esforço considerável de ampliação e integração. Sobretudo, torna mais consistente a análise do impacto que a repressão pela “limpeza da área” teve sobre a região com a evidente desproporção entre meios e forças (outra permanência da teoria de massacres da história do Brasil) onde, nas duas fases executadas, “O saldo final dessa operação foi a aniquilação total da guerrilha na região: 56 guerrilheiros mortos (cujos corpos ainda se encontram desaparecidos) e mais de duas centenas de camponeses presos sob acusação de constituírem as redes de apoio da guerrilha” (BRASIL, 2014, p. 691).

Em particular, o relatório evidencia o lado trágico de Araguaia: a *damnatio memoriae* decretada pelos militares e racional e sofisticadamente executada impossibilita uma restituição ainda que parcial dos fatos acontecidos, porque Araguaia, como resultado de um projeto, possui um valor “exemplar” no quadro da última experiência autoritária brasileira. Um paradigma que desmonta a justificativa póstuma da guerra como razão da investida da violência porque, como observa a Comissão, “A Guerrilha do Araguaia não foi uma guerra; antes, do ponto de vista militar, configurou uma experiência de aprimoramento das técnicas de contraguerrilha das Forças Armadas brasileiras, na qual mulheres e homens foram executados sem que suas garantias mais básicas fossem respeitadas” (BRASIL, 2014, p. 718-719).

O símbolo de Araguaia como construção de um dispositivo de violência capaz de invisibilizar, pela sua destruição, o inimigo morto e, por sua vez, tornar-se também invisível, é representado pelo termo “Operação limpeza”, uma forma de apagamento e destruição sem ruína que não só bloqueia a elaboração de qualquer possível perda e torna opaca uma memória que só problematicamente poderá ultrapassar a moldura irredutivelmente singular. A Operação limpeza se inscreve na ontologia do desaparecimento político, sendo uma parte essencial desse todo monstruoso: é isso que determina a “segunda morte”, definitiva, dos desaparecidos (BRASIL, 2010, p. 92-94).

3 Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/tematica/1972/05/25.htm>. Acesso em: 6 jul. 2019.



Nesse sentido, para situar o tema no campo das representações culturais, o desfecho de um filme que divulga o episódio de guerrilha rural, como *Araguaya: a conspiração do silêncio* (2004) de Rolando Duque que se encerra com um brusco retorno das imagens coloridas para o preto e branco fotográfico do passado fora da exceção dos militantes, marca como signo a degradação de uma imagem cuja inscrição se fixa só precariamente – ou não se fixa em absoluto – nas malhas da memória.

Essa condição de ausência determinada de vestígios, de inscrição impossível, projeta a elaboração de modo mais geral do passado autoritário e mais especificamente dos fatos de Araguaia para o campo fantasmático, onde o que está em jogo é o luto, a ontologização dos restos que impõe sempre o trabalho de identificação dos despojos e da localização dos mortos (DERRIDA, 1994, p. 17). Deliberadamente negados ou obstaculizados no caso de Araguaia.

Por essas razões, surge a tendência no campo cultural à elaboração de uma “espectrografia”, literalmente uma escrita que procura suprir a impossibilidade de ordenar os restos, no entanto fixando suas projeções espectrais. Apesar das inibições e do vazio, acumulam-se as tentativas de citar aqueles passados. Porque há sempre algum espectro, quando a citação está em jogo. A arte de citar é espectral porque na citação há um cadáver – ou os seus despojos – insepulto que continua a alimentar uma elaboração da perda, um trabalho enlutado que se instaura na contemplação do que foi mas também é, o fantasma de uma obra que se perdeu mas ao mesmo tempo mantém um elo, uma relação, em termos de força “exemplar”, caso a citação for correta, com o presente.

2.

Ciclicamente, houve uma atenção recursiva para os fatos de Araguaia que em tempos mais recentes tomou uma consistência específica. Reúno três objetos que favorecem, creio eu, uma reflexão sobre o tema. Trata-se de objetos muito variados, mas que se podem justapor pelo elo de conjugação da espectrografia. Não é também por acaso que as três obras em questão intersejam – antecedendo, acompanhando, seguindo os trabalhos da CNV. São o romance de Adriana Lisboa, *Azul corvo* (2010), a tese já mencionada de Carlos Hugo Studart Corrêa, *Em algum lugar na selva: as memórias dos guerrilheiros do Araguaia* (2013), e, enfim, como ponto focal também das duas obras, o romance *Palavras cruzadas*, de Guiomar de Grammont (2015).

Não vou analisar detalhadamente a constelação desses textos que apresentam características irredutíveis (dois são romances, o terceiro um trabalho



científico). O que me interessa evidenciar é que, do meu ponto de vista, eles propõem um novo posicionamento em relação ao passado traumático emblemado por Araguaia.

O trabalho de Corrêa abre uma problematização criticamente muito bem estruturada, baseada no arsenal da história cultural, sobre a memória. Dilacerado o rosto da história documentária que não se recompõe, o que resta é a memória assumida numa perspectiva declaradamente benjaminiana. O autor vai muito além dos textos produzidos pelos militantes do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) sobre o assunto: os dois famosos *Relatório Arroyo* (1974) e o *Diário do Velho Mário*, os apontamentos de Maurício Grabois de que circulam exemplares ainda não editados (CORRÊA, 2013, p. 23). A obra promove um diálogo criticamente articulado entre o contexto daqueles anos e os rastros reunidos de maneira sistemática, entre a escassa e interdita documentação existente e os depoimentos de alguns participantes. Consegue realizar, em suma, a aplicação de um paradigma indiciário que permite narrar a reconstrução de uma memória possível daquela geração em armas que se sacrificou no norte do Brasil, em nome do próprio idealismo.

Assim, uma história (assumida num plano não dicotômico com a memória, o que exige a mobilização de um repertório crítico amplo com Benjamin, Arendt, Ricoeur etc.), mesmo sem rastros, pode encontrar uma saída do labirinto, na esteira do que evidenciam os *Subaltern Studies* ou os Estudos pós-coloniais. Uma espectrografia na evocação do passado, mas que tem em si um efeito catártico porque não fica enterrada na melancolia da impossibilidade da contemplação de um passado desprovido de ruínas, mas libera energias pela sua capacidade de simbolizar de qualquer modo uma experiência de outro modo perdida ou afundada nas dobras do poder. O vazio, portanto, se enche de inesperadas presenças vivas. Claro que a problematização que decorreria de uma história rigidamente documentária oporia ressalvas às perspectivas restitutivas que vêm de um trabalho desse porte. No entanto, a quebra do impasse está evidente, assim como o recomeço de um pensamento historiográfico sobre as sobrevivências ameaçadas e em risco de Araguaia.

A memória na sua dialética ativa de salvação e perda (perdas não necessariamente negativas) coloca no centro do debate sobretudo a memória com o seu legado essencial: o problema da sua transmissão para os que não a viveram. Em *Azul corvo*, Adriana Lisboa oferece uma outra trama da memória de Araguaia. O caminho trilhado é, no entanto, indireto, lateral: uma história de formação de uma menina de 13 anos, Evangelina, Vanja, a narradora, órfã de mãe, agora residente nos Estados Unidos, que é levada por um amigo da mãe,



Fernando, à procura dos rastros paternos, numa viagem por esse país. A memória da Araguaia jorra copiosa entremeando a narração: Fernando de fato, Chico como nome de guerra, é um guerrilheiro que lutou lá na Amazônia, depois de ter cursado técnicas de guerrilha em Pequim.

A reconstrução fatural é meticulosa, apesar de não ser estritamente central: encontra-se uma ampla documentação histórica (em particular tributária às pesquisas de Taís Morais, autora com Eumano Silva do livro *Operação Araguaia*). O personagem de Fernando proporciona um resgate de uma ampla fatia do passado de uma geração que não se submeteu ao autoritarismo militar. Das subjetividades dos atores também emergem, claramente, os amores, as relações com os moradores da região, o incremento progressivo da tensão no momento em que a guerra efetivamente eclode. Um passado que não procura uma totalidade impossível, mas que escoia residuariamente na voz da narradora migrante, com um hiato de vinte anos do nascimento dela, uma fratura que a separa daquela história, remota geográfica e historicamente: “eram uma vida possível e uma morte possível” (LISBOA, 2014, p. 41).

Mas a inscrição pela narrativa – que não se constitui para suprir a falta da inscrição efetiva – produz efeitos literários de grande beleza: veja-se, por exemplo, a sequência onomástica do capítulo “Peixes”: peixes do rio Araguaia; peixe o nome das operações executadas pelos militares brasileiros para reprimir os insurgentes; “The fish” o poema aliterativo da poeta Marianne Moore (da obra da qual o título do romance também é tributário), tudo se combina num jogo linguístico e conotativo que mostra a falácia das metáforas sobre um real que não se deixa apreender. Araguaia se define assim como uma possibilidade biográfica que se ilumina pela escavação de Vanja e se pode concentrar numa pergunta: “Mas por que isso, Fernando? Por que se meter no meio da floresta, longe de tudo, sem contato com ninguém, eu perguntei, um dia. Você não estudava para geógrafo? Por que você não ficou lá, estudando para geógrafo em Brasília, era em Brasília, não era? Você podia fazer política lá em Brasília, não podia?” (LISBOA, 2014, p. 47).

A narrativa não quer explicar tudo, muito pelo contrário: assim o gesto de desistência de Fernando – não por medo, não por traição, não por crise –, um gesto humano e que só no fundo de uma consciência (portanto irrepresentável ou fora da esfera do sensível), poderia encontrar uma raiz: Fernando abdica do Chico e vai para os Estados Unidos, onde as dissonâncias daquele tempo se tornam mais agudas pelo passar dos anos. Assim é um gesto, no dia da primeira missão de sucesso, à beira do abismo do massacre que dali a pouco irá ocorrer, Fernando abandona sua identidade, abandona Manuela a guerrilheira que está namorando, os anos de preparação e doutrina, e, literalmente, “cai fora”. Ali Chico “parou” (é o



verbo que descreve na sua exiguidade tudo o que não se explica) talvez porque já os guerrilheiros tinham os marcos da história trágica que se gravaria neles e que lhe impediria o direito à memória: “Eles, os guerrilheiros, eram fantasmas andando no meio da mata, acreditando (acreditando?) no outro mundo. Eles já eram fantasmas” (LISBOA, 2014, p. 95).

A trajetória de formação acaba assim por traçar a biografia integral de um sobrevivente de Araguaia, mas o que sobrevive à personagem de invenção não são só os resíduos da memória de um passado impossível, mas sobretudo a relação entre as testemunhas oculares e uma menina que nasceu vinte anos depois daqueles fatos, para a qual a consistência de Araguaia não é histórica, mas exclusivamente discursiva. No entanto, associada à figura tutelar de Fernando, a vocalização do passado se torna vital, uma estrela polar no crescimento da menina que abandonou Copacabana e agora se encontra longe, num remoto lugar de uma outra América onde talvez se possa reconhecer (pela aceitação da sua história familiar tão fragmentada).

Uma mulher jovem que também se configura como posterior à geração testemunhal dos anos de chumbo é a protagonista do romance de Guiomar de Grammont, *Palavras cruzadas*. Narrativa que assume explicitamente as duas obras citadas como fontes da sua escrita, embora ofereça uma trajetória substancialmente divergente no plano estético e também ideológico. A metáfora do título, *Palavras cruzadas*, remete para o enigma dos diálogos que se cruzam entre passados e presentes, como se a narrativa desempenhasse uma função análoga ao tropo da prosopopeia, do objeto inanimado, que tem nome e fala, no sentido etimológico da figura, de *prosopon poiein*, ou seja, “conferir uma máscara ou um rosto”, recuperando uma análise canônica de Paul de Man sobre a autobiografia (de MAN, 1984, p. 116).

O que permite a construção da prosopopeia é um diário escrito a quatro mãos por um casal de dois guerrilheiros de Araguaia, Leonardo e Mariana. Uma espécie de diálogo impossível, na ausência, resgatado muitos anos depois pela irmã mais nova de Leonardo, Sofia, jornalista que investiga o desaparecimento do irmão. Para conseguir esboçar uma hipótese sobre o que aconteceu na Amazônia, no sul do Pará, Sofia viaja intensamente pelo Brasil, pelo Pará, no teatro do conflito entre os militantes do PCdoB e o Exército militar e em Brasília, onde se encontram engavetados alguns fios secretos do enigma que obceca Sofia; e fora também do Brasil, em Cuba, onde o irmão foi treinado no plano militar; e, no desfecho, em Paris.

Há uma tese de fundo no romance, divergente das posições expressas pela CNV, que aflora com insistência: que o que aconteceu no Brasil foi uma guerra





entre duas partes, ambas más e arbitrárias, as duas responsáveis por um uso impróprio da violência contra a outra parte. Uma posição já conhecida na literatura sobre a Ditadura Militar que não considera a desproporção macroscópica de forças e meios em confronto na época (uma tese portanto oposta à ideia de uma resistência ao regime militar) roçando o revisionismo sobre um passado que reequilibre, no paradigma de uma espécie de *stasis*, de guerra civil, a barbárie da Ditadura Militar: assim emergira, por exemplo, no volume do ex-comandante da Ação Libertadora Nacional (ALN), Carlos Eugênio Paz, *Viagem à luta armada: memórias romanceadas* (1996).

No entanto, mais relevantes que as opções históricas e narrativas próprias que caracterizam o romance, vale a pena ressaltar as formas com que ocorre o trânsito da memória dentro da esfera familiar, o filho desaparecido, a companheira dele, uma filha nascida longe do campo de batalha, os pais, a irmã que se coloca como artífice de uma restituição destinada a permanecer elíptica do passado. Há, contudo, uma sobrevivência do passado que no final ocorre na concretude e que mais uma vez encena o tema de um horizonte novo que se mede e discute em relação ao passado traumático.

O resgate do passado através de um texto pelo menos complexo pela trajetória com que chega às mãos de Sofia e transcreve o passado no presente, permite aproximar o inquerito do passado com um exercício de filologia, com a constituição das vozes perdidas, silenciadas pela violência da história: “Em um certo ponto o texto parecia mudar de estilo e de repente, mas podia ser uma impressão provocada por sua perturbação [...] Sofia estava confusa porque, de repente, o narrador parecia se tornar um homem, mas antes ela tinha certeza de que a autora era uma mulher” (GRAMMONT, 2015, loc. 1783-1784 e 1788-1792). A memória, em suma, se forma, também nesse livro, que absorve muitas leituras anteriores e também procura a precisão do detalhe reconstruído, pelo aspeto relacional (proporcionado pelas personagens ou pelo texto).

3.

As três obras mencionadas e sobretudo os dois romances, de forma diferenciada e própria, expressam um elemento, a meu ver, comum que marca uma mudança de estratégia em relação à restituição de um passado sem inscrição como o de Araguaia. O que as narrativas colocam não é só o problema de um resgate em absoluto inviável porque interditado pelo projeto próprio do poder militar, mas levantam o problema da pós-memória, ou seja, da transmissão da memória às gerações sucessivas que seguem a geração testemunhal.





Se essa é, como sabemos, sempre marcada por uma componente de representação, onde o que está em jogo não é mais uma verdade fatural, mas sobretudo uma relação afetiva entre o passado e o presente, o círculo familiar é o terreno de disputa onde o passado reivindica seus direitos. Enquanto um poderoso tipo de memória prostética surge mais do silêncio que das palavras, a pós-memória se configura como “dimensão da recordação intersubjetiva” (HIRSCH, 2006, p. 392) ou, adotando a figura proposta por Geoffrey Hartman das “testemunhas adotivas”, a pós-memória se torna um “testemunho adotivo *a posteriori*” que instaura uma relação ética com a experiência traumática ou da dor. A pós-memória em suma atesta uma distância que acaba por reafirmar, sempre nas palavras de Hirsch, “a natureza diferencial da própria recordação traumática” (HIRSCH, 2006, p. 393).

Se quisermos generalizar, essa característica moldaria assim a memória atual de Araguaia, o que muda o paradigma historiográfico com que repensá-la e, sobretudo, altera os modos com que essa difícil ou impossível memória possa ser de algum modo monumentalizada. Qual memorial seria possível de um passado tão desconfortável que ainda não chegou a definir um pacto compartilhado sobre o que aconteceu “em algum lugar da Amazônia”? O que será transmitido, para retomar o núcleo crucial das narrativas acima ilustradas, para as gerações futuras de uma história que não chegou a ser tal, mas ainda é parte de um cúmulo de escombros de que não extrai nenhum significado comunitário?

O tema da monumentalização das feridas abertas pela adoção do desaparecimento forçado na América Latina como arma de repressão contra as resistências das populações é um objeto fluido e provavelmente ainda bastante escorregadio. Sobre seu valor enquanto patrimônio, portanto, diretamente conectado com a própria possibilidade de articular uma construção de uma comunidade fora das armadilhas dos projetos identitários (VECCHI, 2015, p. 66) já se discutiu muito em contextos também atravessados por análogas violações flagrantes dos direitos humanos (como no caso da Argentina e se veja neste sentido o projeto de Monumento das Vítimas da Violência de Estado, chamado também Parque de la Memória, em Buenos Aires).

O desafio, finalmente, é como comemorar, fora das retóricas falsificadoras, a “destruição sem ruínas”, como a chama Gérard Wajcman (1998, p. 21), daquele objeto do século que foi a invenção da aniquilação definitiva do corpo do inimigo morto, que identifica o abismo do Holocausto ou da sua declinação situada e contemporânea que é o desaparecimento forçado. Como mostrar o que resiste à representação por palavras e imagens? O caso de Araguaia torna esse tema de enorme atualidade porque Araguaia é o buraco negro mais vistoso – tornado voluntariamente vistoso pelos próprios perpetradores, Araguaia como produção,



em suma – da investida de violência inscrita na experiência da ditadura militar no Brasil.

Algumas respostas mais abrangentes pelas vítimas da violência de Estado foram dadas em tempos relativamente recentes, como no caso do monumento em homenagem aos mortos e desaparecidos durante a ditadura civil-militar brasileira, inaugurado em dezembro de 2014, na coincidência da publicação do relatório final da CNV, que quase triplicou pelas pesquisas o número de desaparecidos executados pelo regime, no parque Ibirapuera, em São Paulo. A obra realizada pelo arquiteto Ricardo Ohtake se estrutura sobre duas séries de chapas, pretas e brancas, contrapostas que parecem encenar um teclado de piano deformado e destruído; nas chapas brancas, estão gravados os nomes dos 436 mortos e desaparecidos políticos.

Há outros projetos de monumentalização dos desaparecidos pela ditadura, como o monumento no cemitério Dom Bosco, em Perus, também de Ohtake, onde foi encontrada em 1990 a vala clandestina com ossadas de vítimas da repressão política. Ou o Memorial aos Mortos e Desaparecidos, dedicado às vítimas da ditadura, inaugurado em 1995 e localizado no Parque Marinha do Brasil, em Porto Alegre. Ou os memoriais virtuais que atualizam sobre as pesquisas em andamento e desempenham uma função sobretudo educacional,⁴ função essencial para a construção de uma transmissão responsável da memória.

De qualquer modo, a aporia de um patrimônio sem memorial como seria o da Guerrilha do Araguaia repõe uma crítica sobre práticas de monumentalização convencionais que atravessa hoje muitos âmbitos dos estudos culturais. Como salvar da extinção vestígios tão lábeis que a própria história procurou apagar? Uma indicação nesse sentido, não só teórica, decorre do estudo da historiadora de arte italiana Adachiara Zevi sobre o que define como os “monumentos por defeito”, ou seja, aqueles memoriais que assumem como objeto experiências (como frequentemente é a das vítimas) que carecem de monumentalismo e procuram formas alternativas, anti-retóricas, de fixação de uma memória comum, que tenha condições de tornar-se uma memória também comunitária (ZEVI, 2014, p. VI).

Se o Holocausto foi a grande matriz dessa tipologia de monumentos dotados de uma força antimemorialista, dentro da mesma linha podem ser repensados os casos históricos dos genocídios latino-americanos que chegaram ao requinte de inventar o desaparecimento forçado, ou seja, aquele dispositivo capaz, como sugere Gabriel Gatti (2008, p. 50), de separar de modo irreversível identidade e corpo com todas as consequências ontológicas que podem derivar dessa fratura. A catástrofe identitária e semântica do desaparecimento (2008, p. 43), como no caso de Araguaia, é assimilável à catástrofe sem testemunhas do Holocausto.

4 Ver o site <http://memoriasdaditadura.org.br/>. Acesso em: 6 jul. 2019.





Essa conexão conceitual disponibiliza uma ampla reflexão crítica sobre a monumentalização da destruição sem rastros do outro, do inimigo. Nos monumentos “por defeito”, no amplo repertório estudado que aprofunda as materialidades possíveis de uma memória frágil e perecível, na construção de museus ou de memoriais, a própria ideia de monumento é posta em discussão com projetos antimonumentais e a arte desempenha um papel fundamental como contraponto possível de uma história que de outro modo se esvairia. O “monumento invisível”, como aquele contra o racismo em Sarrebruck, construído em 1990 (WAJCMAN, 1998, p. 237-240), é assim um dos modos “brutais” com que se pode realizar um memorial da ausência, da invisibilidade, esta, de acordo com Wajcman, o grande objeto moderno do século XX: monumentalizável só por defeito.

Duas possibilidades neste quadro reflexivo se adequariam para a construção de um memorial de Araguaia, da guerrilha na Amazônia, considerando a invisibilidade a que a ditadura a condenou com a sua expulsão da história. Uma decorre da proposta de James Young para comemorar as vítimas das torres gêmeas do Onze de Setembro: se a ruína poderia testemunhar a destruição, também o vazio poderia fazer o mesmo. No entanto, tudo se banalizaria e não seria suficiente para significar o escombros, isto é, o fragmento da destruição que perdeu a referência à totalidade a que pertencia. Muito melhor, de acordo com Young, lembrar a vida pela vida, associar a destruição à natureza e cultivá-la cada dia: por isso, plantar e manter tantas árvores quantas foram as vítimas do atentado (na linha dos seis milhões de árvores plantadas em Israel em 1954 para lembrar os mortos pelo Holocausto, ou as trezentas mil plantas em homenagem às vítimas do terremoto de Kobe de 1995), ou a opção de converter a comemoração como uma ocasião de revitalização pela natureza (ZEVI, 2014, p. 108).

Outra possibilidade que se define é aquela dos museus abertos onde a memória está disseminada por todo um espaço: de certo modo os *Stolperstein* (as pedras no caminho), do artista Gunter Demnig, em Berlim, que gravam nome, datas de nascimento e deportação das vítimas do extermínio nazista, colocadas em milhares por toda a cidade. Elas evidenciam como todo o espaço é ocasião de memória, de transmissão de algo que no passado ocorreu e que não se deixa inscrever num centro simbólico como um museu que implica sempre o risco do poço ou do fetiche.

Foi a partir desses elementos que, em 2013, surgiu, referida a Araguaia, a proposta de *Não longe de Marabá*. A ideia da construção de um parque – memorial da resistência de Araguaia emergiu do diálogo interinstitucional entre a Fundação Casa da Cultura de Marabá, a Universidade Federal do Pará (UFPA), em particular entre os seus representantes, Noé Carlos Von Atzingen e Flávio



Nassar, da UFPA e da Universidade de Bolonha, respectivamente. O projeto se propunha a um duplo objetivo: combinar conservação da natureza e conservação da memória (traumática) da guerrilha de Araguaia. A reserva de Marabá, deste ponto vista, proporcionaria a possibilidade de construção de uma topografia da floresta – constituída materialmente por mapas e percursos – que pudesse resgatar os exíguos, invisíveis sinais do que restou da Araguaia: essencialmente os nomes das suas vítimas. E o contexto natural que por anos os acompanhou, testemunha única também do massacre.

A toponomástica assim reconstituída e gravada em cenotáfios naturais (produzidos artesanalmente pelas populações que abrigaram a resistência) constituiriam um memorial natural e aberto de uma história que a violência de Estado tentou integralmente apagar. A identificação de novos rastros tornaria o memorial aberto e sempre em fase de rearticulação. Associado ao parque memorial-natural, a iniciativa previa a construção de um “Laboratório da memória”, em Marabá, que desenvolveria atividades de pesquisa e projetos de formação sobre o tema do autoritarismo militar e da repressão de Araguaia. Tal laboratório desempenharia também o papel de centro de conservação, valorização e defesa da natureza da parque: a tutela do meio ambiente com prática diária estaria assim integralmente associada à defesa de memórias lábeis, mas que resistem ao apagamento e à remoção. A construção de arquivos digitais sobre o parque (Araguaia 2.0) daria à iniciativa uma projeção nacional e internacional inscrevendo-a na rede de centros de tutela de memória traumática.

Araguaia de fato induz uma reflexão sobre o que significa a restituição no plano conceitual, histórico e político, que talvez represente o campo mais problemático e ao mesmo tempo central da elaboração pós-autoritária associada à experiência latino-americana. A proposta de um Memorial-Parque de Araguaia, que conjugue natureza e história, se realizaria a partir de uma reconfiguração do conceito de restituição, procurando definir, no espaço natural do parque amazônico que foi teatro da uma repressão cruel e excessiva (aquela que nem admite o trabalho do luto), práticas, efetivas e simbólicas, de resgate que permitam situar hoje, na história contemporânea do Brasil, o caso da resistência de Araguaia. A iniciativa se inscreve na linha de construção e conservação da memória ameaçada e precária que Aby Warburg definiu “memória como patrimônio de sofrimento” (ASSMANN, 2002, p. 411).

Uma ideia que, caso se concretize um dia que, hoje, parece afastar-se sempre mais, poderia corresponder à demanda de transmissão intergeracional de uma memória em risco que – percebe-se – atravessa, depois dos trabalhos da CNV, a sociedade brasileira ainda – e mais do que nunca – hoje. Um patrimônio à



procura de um memorial. Antes que definitivamente todos os rastros se apaguem. E nenhuma história seja mais possível.

Referências

- ASSMANN, Aleida. *Ricordare: forme e mutamenti della memoria culturale*. Bologna: Il Mulino, 2002.
- BRASIL. *Comissão Nacional da Verdade: Relatório*. Brasília, DF: CNV, 2014. v. 1.
- BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Direitos Humanos. *Habeas corpus: que se apresente o corpo*. Brasília, DF: Secretaria de Direitos Humanos, 2010.
- BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Comissão Especial sobre os Mortos e Desaparecidos Políticos. *Direito à memória e à verdade*. Brasília, DF: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007.
- CORRÊA, Carlos Hugo Studart. *A Lei da Selva*. Estratégias, discurso e imaginário dos militares na Guerrilha do Araguaia. São Paulo: Geração, 2006.
- CORRÊA, Carlos Hugo Studart. *Em algum lugar das selvas amazônicas: as memórias dos guerrilheiros do Araguaia*. 2013. 574 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2013.
- CUNHA, Euclides da. *Os Sertões: Campanha de Canudos*. São Paulo: Ática, 1998. (Edição crítica de Walnice Nogueira Galvão).
- de MAN, Paul. Autobiography As De-Facement. In: *The Rethoric of Romanticism*. New York: Columbia University Press, 1984. p. 67-81.
- DERRIDA, Jacques. *Spettri di Marx: stato del debito, lavoro del lutto e nuova internazionale*. Milano: Raffaello Cortina, 1994.
- DUQUE, Rolando. *Araguaya: a conspiração do silêncio*. Filme, 2004.
- GATTI, Gabriel. *El detenido-desaparecido: narrativas posibles para una catástrofe de la identidad*. Montevideo: Ediciones Trilce, 2008.
- GRAMMONT, Guiomar de. *Palavras cruzadas*. Rio de Janeiro: Rocco, 2015.
- HIRSCH, Marianne. Immagini che sopravvivono: le fotografie dell'Olocausto e la post-memoria. In: CATTARUZZA, Marina et al. (ed.). *Storia della Shoah: la crisi dell'Europa, lo sterminio degli ebrei e la memoria del XX secolo*. Turin: UTET, 2006. v. 3. p. 384-421.
- LISBOA, Adriana. *Azul corvo*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2014.
- MORAIS, Taís; SILVA, Eumano. *Operação Araguaia: Os arquivos secretos da guerrilha*. São Paulo: Geração, 2005.
- PAZ, Carlos Eugênio. *Viagem à luta armada: memórias romanceadas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.





- VECCHI, Roberto. (Re)citando o extremo: o olhar da Medusa, o finito e infinito do horror. In: SELIGMANN-SILVA, Márcio; GINZBURG, Jaime; HARDMAN, Francisco Foot (org.). *Escritas da violência: o testemunho*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2012. v. 1. p. 239-253.
- VECCHI, Roberto. O passado subtraído da desapareção forçada: Araguaia como palimpsesto. *Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea*, Brasília, DF, v. 43, p. 133-149, 2014.
- VECCHI, Roberto. Identidade herança pertença. In: ROSSA, Walter; RIBEIRO, Margarida Calafate (ed.). *Patrimónios de influência portuguesa: modos de olhar*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2015. p. 65-80.
- YOUNG, James Edward. Ricordare la vita con la vita. In: ZEVI, Adachiara (org.). *Arteinmemoria*. Roma: Incontri Internazionali d'Arte, 2003.
- WAJCMAN, Gérard. *L'objet du siècle*. Lagrasse: Verdier, 1998.
- ZEVI, Adachiara. *Monumenti per difetto: dalle Fosse Ardeatine alle pietre d'inciampo*. Roma: Donzelli, 2014.

